

sentido e perspectivas da aliança para o progresso

A Aliança para o Progresso vem suscitando reações diversas. Recebida por uns como a solução dos problemas latino-americanos, é vista por outros como mero instrumento de domesticação, destinado a submeter o hemisfério aos interesses norte-americanos. Analisando o problema em todas as suas implicações, veremos que é possível determinar não somente o sentido específico da operação, como também compreender muito do que se diz e se faz atualmente no Brasil.

a crise americana

A nova política adotada pelas nações capitalistas em relação ao terceiro mundo — da qual o Brasil vem de receber prova inequívoca, com as operações financeiras que realizou no exterior — é determinada, em larga margem, pela crise econômica que a burguesia norte-americana enfrenta no plano interno. Em larga margem, dissemos, porque não se pode desprezar a influência decisiva da competição movida pelo bloco soviético, e o concomitante agravamento da tensão internacional, bem como o papel da questão cubana, a qual, surgida na periferia do conflito leste-oeste, não tardou a integrar-se nele, tornando-o mais agudo.

Assim é que a baixa da produção industrial (que levou setores-chave, como a siderurgia, a funcionar com apenas 50% de sua capacidade real) e o desemprego em massa (que ascendeu à cifra de 5,5 milhões), ocorridos na economia norte-americana, colocaram-na em perigo e, abalando a solidez do dólar, levaram o pânico à burguesia internacional. A solução do problema era todavia complexa, na medida em que uma política interna de expansão poderia, facilmente, adquirir caráter inflacionário e minar ainda mais a posição do dólar — forçando, dessa maneira, sua desvalorização, de conseqüências imprevisíveis para a economia mundial.

Após as hesitações que caracterizaram, nesse terreno, a Administração Eisenhower, o Governo Kennedy decidiu-se por uma política arriscada, a se desenvolver em duas frentes: internamente, o objetivo era o de intensificar o ritmo de crescimento do produto nacional, mediante aumento das despesas do Estado, estímulo à produção e reabsorção do desemprego; externamente, a meta era o aumento das exportações, que exigiria maiores facilidades de crédito aos importadores, a ampliação da ajuda aos países subdesenvolvidos e a criação de condições que tornassem mais competitivos os produtos norte-americanos no mercado internacional.

Incapazes de arcarem sozinho com esse encargo externo, os Estados Unidos tiveram que apelar para os demais países industrializados, notadamente para a Alemanha Ocidental. Tal foi o sentido da missão Harriman, e é nessa perspectiva que se podem compreender fatos como as operações realizadas pelo Brasil no exterior, a Aliança para o Progresso e a revalorização do marco.

o plano marshall

A Aliança para o Progresso, que é o que nos interessa aqui, não se define, todavia, como manobra permanente econômica. Há nela, pelo contrário, elementos especificamente políticos, os quais, polarizados em torno do problema cubano, adquirem seu pleno sentido no contexto da guerra fria. Guarda, por isso, semelhança com outro episódio da política norte-americana — o Plano Marshall.

Em 1947, com efeito, face à ameaça da expansão soviética sobre a Europa, que a desorganização e a miséria resultantes da guerra tornavam vulnerável, os Estados Unidos conceberam o vasto projeto de ajuda econômica que tomou o nome de Plano Marshall. Seu objetivo primordial era o de fornecer recursos que permitissem um esforço de reconstrução em bases capitalistas. O vulto do empreendimento se traduz no montante de 22 bilhões de dólares que, nos sete anos de duração do programa, foi cedido, pelos Estados Unidos, sob formas diversas, aos países europeus.

O caráter econômico do plano Marshall não ocultava, contudo, suas evidentes implicações políticas — e disso estava consciente a União Soviética, quando boicotou a Conferência de Paris, na qual os norte-americanos deram corpo à idéia. O golpe de Praga foi a resposta à ofensiva de Washington. E as diferentes organizações que, reunindo os países beneficiários, formaram-se com base no Plano — notadamente a União Européia de Pagamentos e a Organização Européia de Cooperação Econômica — não tardaram a ser coroadas por um pacto militar — a OTAN.

Posteriormente, as organizações econômicas

reportagem de Rui Mauro Marini

desapareceram, restando, dos reagrupamentos realizados na época, somente a OTAN. O que se explica, se considerarmos que os objetivos do Plano Marshall foram plenamente alcançados, e que a OTAN era o mais importante. A ajuda norte-americana abriu, efetivamente, as portas do mercado europeu aos capitais norte-americanos, criando condições para que estes se beneficiassem diretamente da reconstrução econômica e ali mantivessem sólidas posições. A conversibilidade monetária e a tendência ao livre-cambismo, hoje vigentes na Europa, refletem essa internacionalização de sua economia. Internacionalização que se expressa, sobretudo, na formação de blocos supranacionais, do tipo do Mercado Comum, os quais são considerados pelos norte-americanos como o mais sólido obstáculo ao expansionismo soviético.

passado e presente

Se a experiência do Plano Marshall ajudamos a compreender o sentido da Aliança para o Progresso, não nos devemos, porém, deixar levar a excessos de simplificação. O fundo da operação permanece, de fato, o mesmo — essencialmente anti-soviético —, assim como os objetivos visados — integração econômica, conversibilidade monetária, liberalismo cambial (neste sentido, os passos dados por países como Argentina, Chile e, agora, o Brasil, são significativos). Existem, todavia, diferenças nas condições de aplicação, diferenças que não devem ser desprezadas.

A mais importante é, sem dúvida, a situação atual da economia norte-americana, bem menos poderosa do que era no pós-guerra. Comentamos, já, aqui, em diversas reportagens, esse fato, e contentar-nos-emos, pois, em ressaltar apenas o caráter bem mais modesto da ajuda ora destinada à América Latina, quando comparada com o Plano Marshall: — 7 bilhões de dólares, em 5 anos, para uma população de 200 milhões de habitantes, que luta com problemas estruturais muito mais sérios do que aqueles que tinha a enfrentar a economia européia na época.

Reside aí o motivo que vem levando os EUA a pressionar seus aliados, a fim de que partici-

pem do programa. Ao invés, portanto, de uma economia todo-poderosa a dispensar dólares, como em 1947, o problema coloca-se agora em termos de cooperação internacional. A primeira consequência disso é a de que os Estados Unidos são, automaticamente, forçados a renunciar ao benefício exclusivo da operação. A segunda, é a de que tal ajuda repousa em bases muito menos seguras, de vez que estará ao sabor do choque de interesses e de ambições de diferentes países.

Diferença não menos ponderável é a posição desfrutada hoje pelo bloco socialista (1/3 da população e 40% da produção mundiais) e sua capacidade de competição no plano econômico, da qual a doutrina de coexistência pacífica é a expressão política. Tal fenômeno, que não se verificava em 1948, tem sido um dos principais fatores de explicação dos insucessos norte-americanos no campo internacional, e influenciou decisivamente em questões como a de Suez, e, sobretudo, de Cuba.

uma nova atitude

Tudo isso torna problemático o êxito da tentativa ora empreendida pelos norte-americanos. Não resta dúvida, todavia, de que o fator decisivo será a maneira pela qual se comportarão ante ela os países latino-americanos. Neste sentido, a visita de Adlai Stevenson contribuiu para esclarecer as tendências aqui predominantes, evidenciando o divórcio crescente entre as classes dominantes e a massa da população neste particular.

Quanto às primeiras, ficou claro, com efeito, que perceberam que a súbita boa vontade manifestada pelos Estados Unidos é, antes de tudo, uma reação de medo face aos últimos acontecimentos. Sentindo-se indispensáveis à tranquilidade do Governo de Washington, os dirigentes latino-americanos abandonam o antigo servilismo (que os levava a aceitar todas as imposições que acompanhavam os favores norte-americanos) e começam a falar grosso. Sua posição em face de Cuba, mesmo quando os EUA se dispõem a abrir a bolsa, é um sinal dos tempos.

A recusa a emprestar qualquer colaboração a uma possível intervenção em Cuba não decorre, porém, de um sentimento de solidariedade, tendo sido o fator determinante da mudança na orientação norte-americana, Cuba aparece aos governantes do hemisfério como o instrumento mais eficaz para levá-la a dar bons frutos. Mais do que isso, julgam necessário cultivar o pânico que campeia em Washington, suscitando o redio da formação de novas Cubas.

Não chega, pois, a surpreender que a visita de Stevenson tenha coincidido com a descoberta, por parte dos governantes latino-americanos, de uma série de complôs e movimentos revolucionários, cuja repressão criou um clima geral de intranquilidade. Ali onde não havia condições para isso, como no Brasil, o Governo procurou suscitar-las, iniciando, primeiro, um movimento de repressão às Ligas Camponesas e conferindo, em seguida, artificial gravidade a uma greve de estudantes. Dessa maneira, graças à malícia latino-americana, Stevenson, de retorno a Washington, só poderá exprimir um juízo: A América Latina vive sobre um vulcão.

o fundo do problema

Se tal é a atitude dos dirigentes, os povos latino-americanos encaram com reticência, quicá com hostilidade, a manobra norte-americana. Efetivamente, a Revolução Cubana não é para eles mero instrumento de barganha, mas uma conquista real, que é necessário preservar e, se possível, imitar. Além disso, os auxílios concedidos pelos Estados Unidos, no passado, deixaram triste memória, e a sabedoria popular é por demais realista para aceitar, sem suspeitas, a linguagem que Washington vem de adotar. Por essa razão, a visita de Stevenson (que sempre foi, entretanto, o político americano mais simpático à opinião pública latino-americana) obteve, na melhor das hipóteses, fria acolhida, e não deixou de provocar distúrbios semelhantes aos que produzira a visita de Nixon, há alguns anos.

E' fora de dúvida, todavia, que a nova orientação norte-americana só terá êxito na medida em que for capaz de atrair para si a adesão popular. E, para isso, Washington terá que esperar pelos resultados. Aqui, a opinião recentemente expandida por Fidel Castro, de que, se mal executada, a Aliança para o Progresso «poderá deixar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres», adquire caráter de advertência.

A questão fundamental que se coloca é a de saber até que ponto as classes dirigentes da América Latina estão em condições de aplicar útilmente os recursos que o programa norte-americano lhes porá nas mãos. O exemplo de outros países subdesenvolvidos, que tiveram que enfrentar desafio semelhante — tais como Coreia, Laos, Formosa — não é dos mais animadores. E o é ainda menos se considerarmos a contradição que vicia a Aliança para o Progresso, a qual — sendo embora um reflexo do despertar das massas latino-americanas e um esforço para influir em sua evolução — confere essa tarefa precisamente àquelas forças que tal evolução tende a liquidar.

prontidão

* Inicia-se em agosto o curso da CEPAL-BNDE, cuja duração está prevista para 15 semanas. Serão ministradas aulas de segunda à sexta-feira, pela manhã, sendo a parte da tarde destinada a conferências e seminários. Serão tratados assuntos relativos à Análise Econômica, Teoria e Programação do Desenvolvimento Econômico, Contabilidade Social, Preparação e Avaliação de Projetos, Financiamento do Desenvolvimento e Organização para o Desenvolvimento. Os interessados poderão pedir maiores esclarecimentos na Avenida Graça Aranha, 174, telefone 22-1285.

* Recebemos do Movimento de Reforma da FND comunicação sobre a posse da nova diretoria, encabeçada por José Carlos Brandão e tendo como secretário-geral Válder Gomes dos Santos.

* Hugo M. Jr. está expondo seus desenhos e aquarelas na Biblioteca Nacional até o dia 8 de julho.

* Foi lançado no dia 16 último o livro de Oscar Niemeyer, «Minha Experiência em Brasília».